

ENTRE AS ÁGUAS E O ASFALTO: TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS, HISTÓRICAS E URBANAS DO MUNICÍPIO ESTUARINO DE IMBÉ/RS

BETWEEN THE WATERS AND THE ASPHALT: ENVIRONMENTAL, HISTORICAL AND URBAN TRANSFORMATIONS OF THE ESTUARINE MUNICIPALITY OF IMBÉ/RS

ENTRE LAS AGUAS Y EL ASFALTO: TRANSFORMACIONES AMBIENTALES, HISTÓRICAS Y URBANAS DEL MUNIPIO ESTUARINO DE IMBÉ/RS

Ma. Solange Murta Barros

 <https://orcid.org/0000-0002-4666-8650>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

e-mail: solmurta@gmail.com

Dra. Anelise Graciele Rambo

 <https://orcid.org/0000-0001-9974-9844>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

e-mail: anelise.rambo@ufrgs.br

Dr. Ricardo de Sampaio Dagnino

 <https://orcid.org/0000-0001-6313-5656>

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

e-mail: ricardo.dagnino@ufrgs.br

Submissão em: 28/01/2026

Aceito em: 12/06/2026

RESUMO

Este artigo analisa a formação territorial e os processos históricos, ambientais e urbanísticos que moldaram o município de Imbé, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, Imbé apresenta características estuarinas que influenciaram diretamente sua ocupação humana, dinâmica socioeconômica e estrutura urbana. A pesquisa destaca a evolução da paisagem natural e construída, desde a mobilidade da barra do rio até a fixação de suas margens, ressaltando o papel das obras hidráulicas e da expansão imobiliária. São discutidos os desafios ambientais enfrentados pela região, como a salinização dos solos, a erosão costeira e a fragilidade da drenagem, bem como os impactos sociais da urbanização acelerada e da segregação socioespacial. A análise do processo de emancipação político-administrativa, em 1988, é contextualizada no âmbito de transformações regionais e das demandas locais por autonomia e infraestrutura. Com base em dados censitários, o estudo também avalia o crescimento demográfico e os indicadores de desenvolvimento socioeconômico de Imbé, revelando avanços e estagnações. Conclui-se pela relevância de abordagens interdisciplinares para a gestão sustentável de municípios costeiros, destacando a necessidade de articulação entre memória histórica, planejamento urbano e proteção ambiental.

Palavras-chave: Estuário, Urbanização litorânea, Bacia hidrográfica, Planejamento territorial, Imbé/RS

ABSTRACT

This article analyzes the territorial formation and the historical, environmental and urban processes that shaped the municipality of Imbé, on the North Coast of Rio Grande do Sul. Inserted in the Tramandaí River Basin, Imbé has estuarine characteristics that directly influenced its human occupation, socioeconomic dynamics, and urban structure. The research highlights the evolution of the natural and built landscape, from the mobility of the river bar to the fixation of its banks, highlighting the role of hydraulic works and real estate expansion. The environmental challenges faced by the region are discussed, such as soil salinization, coastal erosion, and the fragility of drainage, as well as the social impacts of accelerated urbanization and socio-spatial segregation. The analysis of the process of political-administrative emancipation in 1988 is contextualized in the context of regional transformations and local demands for autonomy and infrastructure. Based on census data, the study also evaluates the demographic growth and socioeconomic development indicators of Imbé, revealing advances and stagnations. It is concluded that interdisciplinary approaches are relevant for the sustainable management of coastal municipalities, highlighting the need for articulation between historical memory, urban planning and environmental protection.

Keywords: Estuary, Coastal urbanization, Watershed, Territorial planning, Imbé/RS

RESUMEN

Este artículo analiza la formación territorial y los procesos históricos, ambientales y urbanos que dieron forma al municipio de Imbé, en la costa norte de Rio Grande do Sul. Ubicado en la cuenca hidrográfica del río Tramandaí, Imbé presenta características estuarinas que influyeron directamente en su ocupación humana, dinámica socioeconómica y estructura urbana. La investigación resalta la evolución del paisaje natural y construido, desde la movilidad de la desembocadura del río hasta la estabilización de sus riberas, enfatizando el papel de las obras hidráulicas y la expansión inmobiliaria. Se discuten los desafíos ambientales que enfrenta la región, como la salinización del suelo, la erosión costera y la fragilidad del drenaje, así como los impactos sociales de la urbanización acelerada y la segregación socioespacial. El análisis del proceso de emancipación político-administrativa de 1988 se contextualiza dentro del marco de las transformaciones regionales y las demandas locales de autonomía e infraestructura. Con base en datos censales, el estudio también evalúa el crecimiento demográfico y los indicadores de desarrollo socioeconómico de Imbé, revelando avances y estancamientos. Se concluye que los enfoques interdisciplinarios son relevantes para la gestión sostenible de los municipios costeros, destacando la necesidad de articular la memoria histórica, la planificación urbana y la protección ambiental.

Palabras clave: Estuario, Urbanización costera, Cuenca hidrográfica, Planificación territorial, Imbé/RS

1 INSERÇÃO HIDROGRÁFICA DE UM MUNICÍPIO ESTUARINO

A ocupação do território de Imbé é um processo consequente à sua ambientabilidade peculiar. Por ambientalidade¹, entende-se a noção própria da existência humana, que se associa às noções de sustentabilidade e coexistência ao integrar as pessoas (indivíduos-organismos) ao tempo e ao espaço geográfico e todos os constituintes desse contexto em perpétua transição (ambiente), mostrando que o ambiente faz parte da constituição da vida humana em si (Ribeiro, 2020). Este estudo procura apresentar um extrato do que conformou as transfigurações ambientais de Imbé, a fim de descrever peculiaridades do estuário do Rio Tramandaí e entender as particularidades do município de Imbé e de como ele se tornou um corredor turístico² que também atrai e fixa seus moradores.

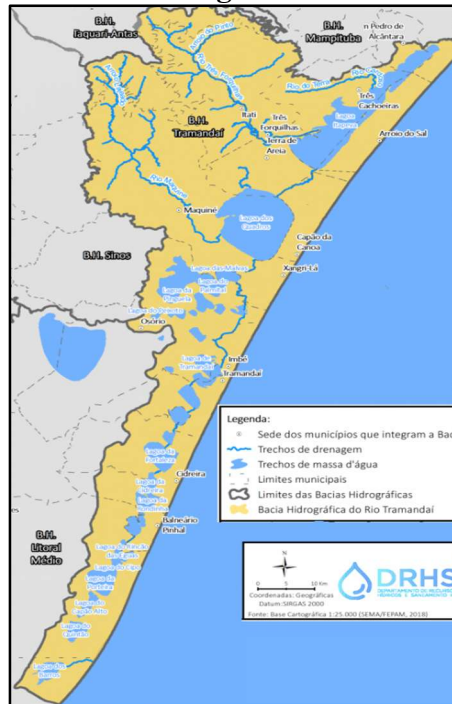
A Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí situa-se ao nordeste do RS, entre as coordenadas geográficas de 29°17' a 30°18' de latitude sul e 49°44' a 50°24' de longitude oeste. É uma das três regiões hidrográficas do RS, composta por cinco sub-bacias: do Rio Maquiné, do Rio Três Forquilhas, do Arroio da Sanga Funda, do Arroio Cardoso e do Complexo Lagunar – e cobre uma extensão de 2.978,11 km², distribuída por 18 municípios (FEPAM, 2024; RS, 2018a). A abrangência de sua área cuneiforme se estende desde as nascentes dos rios Maquiné e Três Forquilhas, ao oeste, e a Lagoa Itapeva, ao norte, até o vértice ao sul da lagoa da Cerquinha, franqueada ao leste pelo limite da orla com o Atlântico. O corpo aquoso formado por seus rios e lagoas, muito utilizado para o abastecimento público e para a rizicultura, escoia para o oceano através do Sistema Estuarino-Lagunar, que recebe água doce do Rio Tramandaí e do Canal Camarão e é formado pelas lagoas do Armazém (ao sudoeste do canal) e Tramandaí (ao noroeste do canal), pelo canal e pela foz da barra do rio Tramandaí (Castro, 2019; Castro; Mello, 2013; Zappes *et al.*, 2016).

Uma das singularidades da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí é a sua composição por dois subsistemas de fluxo em direções opostas que convergem para a foz – o subsistema norte, mais volumoso, cujas águas fluem da Lagoa de Itapeva para sudeste, pelo Rio Tramandaí, e o subsistema sul, que corresponde aos corpos d'água e seus canais, no extremo sul, desde a Lagoa Bacupari até a Lagoa do Armazém, em que a drenagem flui em direção nordeste até a foz, ainda que com menor contribuição para a vazão final (Figura 1).

¹ O termo “ambientabilidade”, verbete não indexado em dicionários, é considerado pela abordagem psicoterápica que foca na experiência da pessoa – A “Gestalt” terapia – em conjunto com as dimensões da animalidade e da racionalidade, com as três instâncias metafísicas essenciais que definem a existência humana. Seu derivativo, “ambientabilidade”, por sua vez, refere-se à incitação ao desenvolvimento da capacidade de integração do ser humano como constitutivo interessado e cuidador responsável do ambiente em que vive (Ribeiro, 2020).

² Corredores turísticos são vias de conexão entre locais de origem e destino de turistas, que também podem conter atrativos (Boullón, 2002). Imbé, enquanto estação balneária, pode ser considerada um atrativo *per se*, sendo ainda um elemento de ligação entre centros emissores turísticos das regiões metropolitanas de Porto Alegre e da Serra Gaúcha e os destinos de Atlântida Sul (em Osório/RS), Xangri-lá e Capão da Canoa ao norte, e de Tramandaí e Cidreira ao sul.

Figura 1 – Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí



Fonte: Secretaria do Estado do Meio Ambiente (RS, 2018a).

Outra particularidade deve-se a uma representação percentual dos sistemas ambientais, distinta das outras bacias do estado. Dentre esses sistemas ambientais, destacam-se os remanescentes da Mata Atlântica, o cordão lacustre e o de dunas, que correspondem, respectivamente, a 32%, 17% e 7% da área total da bacia (Castro, 2019).

Se a desembocadura de um rio no mar por vários canais é chamada de delta de vazante, quando é constituída por um único canal, recebe a alcunha de estuário. Um estuário é, portanto, “um corpo aquoso litorâneo de circulação mais ou menos restrita, porém ainda ligado ao oceano aberto [...] que corresponde a ‘desembocaduras fluviais afogadas’” (Suguio, 1992 *apud* Claussen, 2013, p. 26). Uma de suas características é a variação de salinidade devido à diluição pela saída de água doce, outra é a vulnerabilidade das margens à erosão. Não desprezando a origem antrópica de erosões, outros três tipos de erosão podem surgir, até mesmo em períodos regressivos³, associados ao aporte e à perda de material movimentado pelas águas, às modificações de dinâmicas climáticas litorâneas e ao deslocamento ou fechamento da desembocadura de um rio. Como todo corpo sedimentar de um sistema de barreiras posterior, o estuário é constantemente transformado por processos erosivos e deposicionais – eólicos, oceânicos e fluviais – ao longo do tempo, e sensíveis à curva de variação do nível do mar e eventos climáticos (Goslin; Clemmensen, 2017).

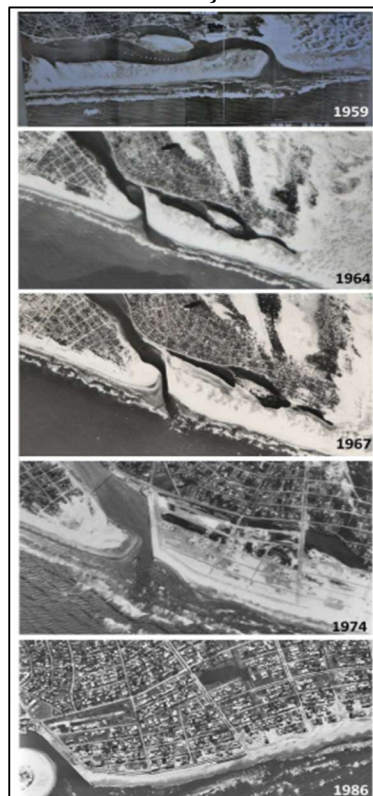
A região estuarina do Rio Tramandaí, constituída de arenitos quaternários na

³ Os períodos regressivos são períodos de depressão relativa do nível do mar, que contrastam com períodos transgressivos, em que o nível do mar sobe e alaga porções do território então continental, devido ao degelo de eras glaciais ou neoformações do leito marinho por movimentos tectônicos, por exemplo. A regressão marinha é, assim, um processo geológico em que o solo emerge em relação ao nível médio do mar ou pelo acúmulo de água na forma de gelo, expondo o fundo do mar anterior (Goslin; Clemmensen, 2017).

forma de rochas sedimentares, de depósitos turfáceos e de depósitos fluviais e aluviais, antigos e atuais, retrabalhados por sistema deposicional marinho – que movimenta as areias perpendicularmente à costa em direção às lagoas, causando o seu assoreamento e reduzindo a sua profundidade –, é originalmente um corpo sedimentar frágil, mutável e complexo. Nela, é possível destacar alguns ambientes deposicionais dinâmicos característicos do sistema do tipo laguna barreira: o delta; as barras (canais de ligação); marismas (depressões próximas à foz de um rio, que sofrem inundações pelas marés e pela descarga fluvial em regiões subtropicais, diversas dos manguezais, que são tropicais); e dunas (elevações com aspecto ondular formadas pelo acúmulo de areia seca transportada pelo vento), tanto quanto as praias (áreas cobertas e descobertas periodicamente pelas águas, salgadas ou doces, acrescidas de faixa de material detrítico – como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos – até o limite onde se inicie a vegetação natural ou outro ecossistema).

No estuário do Rio Tramandaí, enquanto o vento nordeste é frequente durante os períodos secos, a deriva de ventos sudoeste e do quadrante sul acompanham o deslocamento do sistema frontal para o norte, anunciando chuvas. Até os idos de 1962, a foz do rio era móvel e mais bem descrita como um delta, onde o curso de água se dividia em vários braços, com sedimentação significativa em sua desembocadura, que alternava profundidades e cursos (Farion, 2007). Após a instalação de guia-corrente, seguida dos curtos molhes de pedras na saída do canal da barra, criou-se o estuário e, em contrapartida, o Lago do Braço Morto, ao conter um dos cursos de terminação do rio para o mar. A série de fotografias aéreas compiladas por Claussen (2013) ilustra bem a transformação do delta em estuário em paralelo à progressão da urbanização de Imbé (Figura 2).

Figura 2 – Série temporal das alterações da barra de Imbé (1959-1986)



Fonte: Claussen (2013, p. 83).

A fixação do canal, proposta para melhorar a circulação dos barcos de serviço e a manutenção das boias de atracação do Terminal Oceânico Flutuante da Petrobrás, não só aprofundou o canal como adicionou certa proteção contra a ação direta das ondas no assoreamento natural, melhorando a segurança para a navegação e para a pesca e, doravante, permitindo a construção de pontes menos precárias. Contribuiu, no entanto, também, para o aumento da salinidade das lagunas do Armazém e de Tramandaí e de suas margens. Além da erosividade e da salinidade do solo, outra grande vulnerabilidade do solo de Imbé é a sua drenagem irregular: ineficiente em áreas alagáveis ou excessiva nas áreas secas, somando-se à deposição de dejetos e contaminações originados à jusante de toda bacia (Guasselli, 2018; Kunst, 2014).

A despeito das fragilidades constatadas no solo, do necessário combate à deposição irregular de lixo em suas margens e praias, da poluição de recursos hídricos e deficiência na preservação da integridade do ambiente de dunas observados na superfície, é esse território, permanentemente em reconstrução e ressignificação, que deu suporte, desde a pré-história, à flora, à fauna e aos assentamentos humanos onde hoje é Imbé.

2 À PROCURA DE UM LUGAR AO SOL: PERCALÇOS DA HISTÓRIA DE IMBÉ

Se o ambiente litorâneo de Imbé, na confluência de correntes marítimas ricas em nutrientes para crustáceos e pescados, e com ampla disponibilidade de reservatórios de água doce, abrigos florestais próximos e sob clima mais ameno e de menor variação térmica do que pontos de maior altitude e não oceânicos, consagrou-se como ponto aprazível de rotas migratórias de aves e animais marinhos, no passado, o seu acesso não era tão simples para seres humanos sem a equiparável habilidade de voar e nadar. Os obstáculos ao trânsito fluvial pelo cordão lagunar e tributários do Rio Tramandaí, rasos e de cursos sinuosos, somados à falta de baías e recessos que tornassem mais segura a atracação e a singradura sob correntes e ventos oceânicos, guardavam um paralelo com os apuros ao acesso pelo continente, sem vias de acesso sinalizadas, seguras e sem qualquer apoio logístico por léguas. Encontrar a orientação para um destino certo deveria ser menos provável do que ser emboscado por animais selvagens, inimigos, desertores e malfeitores, em tempos de disputas luso-espanholas acirradas por suas colônias e limites na América do Sul.

Assim, no Brasil Colônia e Império, o território de Imbé era apenas mais um espaço de trânsito precário pelas faixas retilíneas das praias do LN do RS – caminho de tropas, tanto militares como de vaqueiros, comerciantes, colonos açorianos e alemães, aventureiros e padres – que, se não tinham estruturas de abrigo e pontos de observação privilegiados, ao menos avistavam os perigos que viajassem ao longo da areia. De acordo com documentos de expedições ao litoral rio-grandense, nos séculos XVI e XVII, a menção da presença nativa de origem indígena, cujas aldeias se embrenhavam em regiões protegidas distantes da orla, limitava-se ao papel como guias e batedores, imprescindíveis para a transposição de vias não cartografadas, sendo comum a percepção de uma região despovoada (Cunha, 2019; Soares, 2008).

O movimento comercial entre o Sul e o Sudeste se intensificou e a própria desertificação populacional da região favorecia o comércio ilegal e a presença de fugitivos da lei, assim como os trajetos demorados demandavam abrigo aos viajantes. Esses foram os motivos da criação, em 1738, da Guarda de Registro, espécie de

retaguarda de defesa e de controle alfandegário do século XVIII, criada pelo comandante militar do Sul, que tinha o objetivo de disciplinar o fluxo de couro, charque, gado e assegurar o trânsito não só de mercadorias como das pessoas em uma região erma, com poucas construções e de baixa densidade populacional. O trajeto praiano predominou até as alternativas de melhores vias interioranas, como a estrada dos Conventos de Laguna até Curitiba, ou a estrada do Tropeiro, que passava por Santo Antônio da Patrulha e Vacaria, encurtando o percurso em direção a São Paulo e Rio de Janeiro (Claussen, 2013; Soares, 2002; 2008). A estrutura da Guarda de Registro, a propósito, continuou sendo um ponto de repouso e apoio comercial até mesmo após a transferência da instituição para Torres, em 1800 (Soares, 2002; 2008).

No século XIX, a atribuição de propriedades curativas à proximidade do mar motivou a busca por períodos de vilegiatura no litoral, especialmente por descendentes de alemães da região serrana e por moradores da capital. Não havia estradas, só trilhas, e quem vinha de fora tinha que trazer de tudo, estar preparado para enfrentar atoleiros, atropelos e para acampar durante o percurso, em viagens que, de Porto Alegre ao litoral, não durariam menos de oito dias. Já no litoral, comboios de homens a cavalo escoltando carroções puxados por parselhas de bois ou equinos, que transportavam suas famílias e haveres, cruzavam lentamente o caminho entre Cidreira e Palmares. O acesso pelo litoral para Imbé e Torres ainda era mais difícil: carros de bois e depois caminhões e ônibus galgavam o percurso sobre faixas de praia, esperando a baixa das marés, sendo que o próprio Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (DAER) se responsabilizava pela manutenção de treliças sobre a areia para reduzir os atolamentos frequentes. Essa via arenosa persistiu como trecho final de ligação entre os residentes de Porto Alegre até Torres até meados dos anos 1950 (Claussen, 2013; Soares, 2002; 2008). Só em 1914 a estrada de terra chega a Osório e, mesmo que poucos tivessem automóveis, ela permitiu o acesso para o trabalho pesado de dragagem e a retificação dos cursos de água entre o porto da Lagoa do Marcelino e a Lagoa de Itapeva, em Torres, permitindo o desenvolvimento do transporte lacustre (Soares, 2002; 2008).

O percurso fluvial-lacustre, que já encurtava o caminho, foi complementado, em 1930, pela Via Férrea Rio-Grandense no trecho de Osório a Palmares, que escoava do litoral sul o arroz que abastecia a capital e, de lá, à região Sudeste do país. Mesmo com grandes desvios, esse modal ferroviário-lacustre permitia reduzir o tempo e os transtornos da viagem por estradas ruins e ligar entrepostos, transformando o que hoje é o Bico do Pontal, entre as lagoas do Armazém e Tramandaí, em uma feira livre flutuante nos dias de verão. Os produtos serranos que escoavam de Cornélias, Três Forquilhas e Dom Pedro de Alcântara para o Litoral e Porto Alegre, em troca de peixes salgados, óleo de peixe – que era utilizado na iluminação por candeeiros – e de outros produtos. Pequenos vapores de carga empregavam locais e adaptavam camarotes para transportar pessoas que transitavam para piqueniques, procissões, comícios e até mesmo para a morte por naufrágio, como ocorreu na desdita de dezoito vítimas que naufragaram durante a travessia da Lagoa da Pinguela, em 1947. A essa altura, hidroaviões da Varig revoavam pelo litoral, as rodovias, os ônibus e os automóveis se tornaram mais comuns e, em 1958, a estrada de terra chega finalmente a Torres. A partir de então, o transporte fluvial e lacustre tem seus dias contados e, na sua esteira, também é desativada a ferrovia, em 1968 (Soares, 2002; 2008).

Enquanto os meios de transporte evoluíram, a posse oficial das sesmarias e rincões do entorno do estuário de Imbé mudava de dono em dono, herdeiro em

herdeiro, e essas se subdividiam em fazendas, sem muita ocupação das margens da barra. A partir do início do século XX mais famílias de pescadores procedentes de Laguna, da então localidade de São Domingos de Torres e arredores, estabeleciam-se em ranchos de palha, mais para a margem de Tramandaí e, ao mar bravio, preferiam a pesca com redes de arrasto no início do estuário e nas lagoas. Com a foz do Rio Tramandaí mutável, na estação mais seca, a barra se fechava, assoreada pelos bancos de areia na medida em que a água doce se acumulava nas lagoas; e, na estação chuvosa, o fluxo das águas abria a barra, cada vez em uma posição diferente. Para abrir caminho para os barcos e canoas ao mar, era preciso o trabalho colaborativo de pescadores que, em regime de mutirão, empunhavam as pás para aprofundar a saída de água para o mar, permitindo a sua navegabilidade e o seu trabalho. Ao fim de cada abertura, a comunidade festejava, até que a entrada se fechasse novamente a ponto de precisar de nova empreitada (Soares, 2008).

O ponto alfandegário da antiga guarda passou a ser ocupado por hospedarias simples, em estilo de galpão, que também faziam o papel de armazém. Depois, em 1906, a então Fazenda do Imbé foi adquirida por Jorge José Mury, empreendedor e comerciante de origem síria, com várias propriedades também em Osório, Tramandaí e Torres, e que tinha no local uma pensão e loja de secos e molhados que comercializava de tudo um pouco, inclusive peixe seco e salgado produzido na região. Após a morte de Mury, em 1939, o terreno da Fazenda Imbé foi vendido por sua viúva para Cesar Bergamaschi, corretor de imóveis e filho de imigrante italiano, nascido em Caxias do Sul, que, junto a seus sócios, o médico Alfredo Rodolfo Mariath, de origem argentina, e Oswaldo Coufal, engenheiro, iniciou o loteamento do balneário por meio da Sociedade Territorial da Praia do Imbé Ltda. (Claussen, 2013; Soares, 2002; 2008).

A partir dessa iniciativa fundiária, no compasso da expansão imobiliária e do investimento público progressivo na abertura e pavimentação de rodovias de acesso ao litoral gaúcho, inicia-se, em Imbé, a era de ouro da construção civil. Essa fase é impulsionada pelo imaginário coletivo de gaúchos metropolitanos e serranos que buscavam o clima mais ameno, a liberdade, o sol e a proximidade do mar como espaço de vilegiatura, marcado por segundas residências e pelo mercado imobiliário, que investiu esforços em arregimentar poupadores módicos para aplicar suas economias em terrenos e construir suas moradas de férias.

Os primeiros lotes, na região onde hoje está estabelecida a barra de Imbé, foram comercializados a partir de 1943 e o projeto arquitetônico, da sede do balneário de Imbé, foi assinado pelo engenheiro Ubatuba de Faria, baseado no Diagrama de Ebenezer Howard, um modelo urbanístico do século XX que idealizava o desenho de cidade-jardim. Esse desenho previa áreas residenciais circundadas por áreas verdes, com ruas circulares que serviriam como corredores de vento. Na época da Segunda Grande Guerra, essa proposta era considerada moderna e bela, e o desejo por possuir uma casa no local, considerado saudável e de *status* superior ao de uma residência de verão em Cidreira ou Tramandaí, foi influenciado pela divulgação nas revistas sociais da época.

Sem o calçadão e uma infraestrutura moderna, os parques moradores permanentes de Imbé aproveitavam a praia na barra de Tramandaí. E para esse povo praiano que não dispunha, até os anos 1950, de estradas pavimentadas que os levassem de Porto Alegre até Torres, ao contrário, nem sempre cômodos – que significam dunas – eram vistos como obstáculos; eram frequentemente entendidos

como obstáculos ao trânsito pela praia. Isso porque, quando caminhões que traziam gêneros, raros carros de passeio ou os ônibus – da então Viação Legas – passavam, seu acesso era feito pela faixa de praia, vencendo seus combros, sob esteiras, e mal se transitava por carros de bois em meio aos banhados onde existem hoje os principais corredores internos de Imbé. Talvez a associação entre a falta de acessibilidade, o isolamento pretérito e o imaginário de combros, como obstáculos desoladores, explique a convivência da comunidade nativa com o projeto de urbanização que transformou o material das dunas em aterros para expandir os recursos fundiários.

A exploração imobiliária levou à remoção dos pescadores que moravam ao longo do canal do estuário, mais na margem de Tramandaí, e que, por ações judiciais, foram reassentados em bairros mais continentais ao longo do cordão lagunar, fosse nas margens da Laguna do Armazém, como no bairro Tirolesa em Tramandaí, ou nos bairros Courhasa e João Clemente da antiga “Vila Mumu”, junto à Laguna de Tramandaí, ou mesmo em zonas de interesse social mais distantes. Desde esses primórdios, a maioria das obras de infraestrutura e edificações se voltou para o nicho de domicílios particulares, e não para hotéis, como ocorreu no início do turismo em Tramandaí, Torres e Cidreira. Imbé chegou a ter um único hotel-cassino, o Hotel Picoral de Imbé, que foi inaugurado em janeiro de 1942 e fechado, com outros do mesmo feitio, em 1946, quando da proibição do jogo no Brasil por Eurico Gaspar Dutra (Soares, 2002; 2008).

Na ausência de pontes permanentes, atravessar o estuário de Tramandaí para as plagas de Imbé era tarefa árdua. A história da construção e reconstrução das diversas versões da ponte Giuseppe Garibaldi que liga, ainda hoje, Imbé e Tramandaí, é por si só uma epopeia como a do heroico revolucionário. Acredita-se que a primeira ponte entre Tramandaí e Imbé, de 144 metros, tenha sido construída nos anos 1920. Essa ponte original, de madeira, na medida de sua degradação, era sempre reconstruída ao sabor das mudanças das águas e de sua dificuldade de manutenção. Quando se tornava intransitável e não havia recursos para a reconstrução, balsas eram utilizadas para transpor o canal. Até que ruísse e não fosse mais reconstruída, no local permaneceu uma construção similar, apenas para pedestres, a “Ponte das Sardinhas”, que existiu até 2002, mesmo quando várias versões da ponte de alvenaria, de mão única, sucediam-se. A reformada em 1971 dispunha de uma sinaleira de controle manual, que abria o trânsito, ora no sentido de Tramandaí, ora no sentido de Imbé, de acordo com o volume de transeuntes. A atual ponte Giuseppe Garibaldi, de mão dupla, continua tendo as margens laterais externas de ambas as pistas disputadas por pedestres adeptos da pesca de sardinhas, especialmente no verão, quando o fluxo de pessoas em suas estreitas calçadas chega a parecer perigosamente próximo ao fluxo dos veículos. A pesca amadora é permitida, como também o é no Lago do Braço Morto, apenas com uso de linha e anzol, com ou sem vara, carretilha e/ou molinete, limitando-se a um petrecho com até três anzóis simples por pescador e, devido à posição da ponte, de acordo com a incidência solar, os anzóis brilham e permitem a pesca mesmo sem iscas. Por outro lado, qualquer tipo de rede de arrasto hoje é proibido no Rio Tramandaí, devido ao enredamento e à morte de botos e outros seres marinhos, assim como acidentes fatais que levam a afogamento de pescadores, banhistas e surfistas.

Se na década de 1960 a construção dos molhes e a fixação da barra, o fechamento do Braço Morto, as obras de dragagem da Lagoa do Armazém, a retificação do trajeto do Rio Tramandaí antes de seu pontal e o fim do sistema de

transporte ferroviário e lacustre modificaram as feições de Imbé, nos anos de 1970 a 1980, o que ocorreu foi o incremento das telecomunicações, a melhoria de acesso rodoviário e o aumento do volume de automóveis circulantes.

O início da década de 1990 foi marcado pela conquista de autonomia político-administrativa de Imbé como município e a vida social também se transformou. Novos costumes inverteram a valorização dos espaços: se nos primeiros loteamentos as casas de balneário com fachadas voltadas para o oceano eram objeto de desejo, hoje, a posição à retaguarda, voltada para a região das lagunas e face ribeirinha, antes restrita às famílias nativas e de pescadores, passou a concentrar novas residências de alto padrão, condomínios de luxo e a prática de esportes náuticos.

A sociabilidade baseada em clubes e associações de amigos de cada balneário, seus bailes e eventos da estação, que por vezes dispensavam até mesmo pisar na areia ou banhos de mar, e que faziam com que Imbé ficasse cheia de gente de fora e fervilhante de dezembro até o Carnaval, mas deserta durante o inverno, também vem encerrando seu ciclo. O padrão que, ou reproduzia os códigos do ambiente social de origem, ou se transformava em uma pantomima de ascensão social, em que as colunas de revistas conferiam visibilidade, foi perdendo progressivamente o apelo, a popularidade e os seus associados. A demolição do prédio histórico da Sociedade de Amigos da Praia de Imbé (SAPI), em março de 2018, e das instalações do antigo Santa Terezinha Praia Clube, em fevereiro de 2024, são testemunhos materiais dessa transformação. Já as casas comerciais que eram abertas apenas sazonalmente, especialmente os empreendimentos de “paraquedistas” – como são chamados pelos locais os comerciantes que vêm de outras regiões do estado e abrem negócios para explorar apenas durante o verão – não são mais maioria em todo o município. O que se observa, atualmente, é um policentrismo comercial e de serviços ao longo do eixo longitudinal principal, com negócios perenes estabelecidos ao longo das Avenidas Osório e Paraguaçu, enquanto boa parte do comércio, ao longo das Avenidas transversais, no interior dos bairros periféricos, fecha fora da alta temporada.

3 SOBRE A EMANCIPAÇÃO E CONJUNÇÕES REGIONAIS

Embora a história do território de Imbé seja mais antiga do que o período em que se tornou um conjunto de loteamentos balneários, o município só se tornou independente política e administrativamente de Tramandaí, de qual era distrito, na esteira da onda federalista alimentada pelos princípios de descentralização da nova Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988).

Genealogicamente, Tramandaí (1965) havia sido, desde 1939, distrito de Osório, e, por sua vez, as terras do município de Osório (1934), cujo nome substituiu a antiga denominação de Conceição do Arroio (1857), haviam sido desmembradas das terras de outro município-mãe, Santo Antônio da Patrulha, um dos municípios mais antigos do RS. Santo Antônio da Patrulha, Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo foram as quatro primeiras povoações na divisão administrativa durante a autonomia da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1807), que havia sucedido à Capitania do Rio Grande de São Pedro (1760), esta subordinada à Capitania do Rio de Janeiro (1567). Após a instalação do período republicano brasileiro (1889), enquanto as freguesias passaram a ser chamadas de distritos ou vilas, que reunidos, formam os municípios modernos, as capitanias, que já haviam se tornado províncias, ascenderam à categoria de estados, também denominados Unidades Federativas (UF), dentre eles

o estado do RS (RS, 2018b).

Interessante pontuar que houve duas ondas principais de descentralização municipal dos territórios a nordeste do RS, que funcionavam como balneários de outros municípios: a primeira, a partir dos anos 1960, que contou com a criação de Cidreira, Tramandaí e Torres, e a segunda, após 1988, com a emancipação de Imbé, Arroio do Sal, Xangri-lá e Capão da Canoa (RS, 2018b). Além disso, pelo fato de que antes da municipalização esses territórios eram conhecidos como “praias”, o termo “praia” costuma, até mesmo hoje, ser usado como regionalismo para designá-los no senso comum. Isso causa alguma confusão, pois esses municípios, por sua vez, englobam bairros balneários também chamados de praias, e o termo “praia” também é usado de forma mais estrita para designar tanto o espaço de areia em frente ao mar quanto a zona de estirâncio, ou seja, a faixa de litoral levemente inclinada para o mar entre os níveis médios da maré alta e a maré baixa. Independente de outras concepções, esse estudo prefere utilizar o plural “praias” de Imbé para designar, no coletivo, os 11 km de faixa de areia ao longo da linha do mar, que seguem da Barra de Imbé, no centro velho da cidade, até Imara, no limite com o bairro Atlântico Sul, do município de Osório/RS, antiga Mariópolis. No singular, “praia”, quando seguido do possessivo “de”, designa a faixa litorânea de um bairro-balneário específico, por exemplo, praia de Mariluz, praia de Santa Terezinha e por aí em diante, evitando chamar o município de Imbé em si de “praia”.

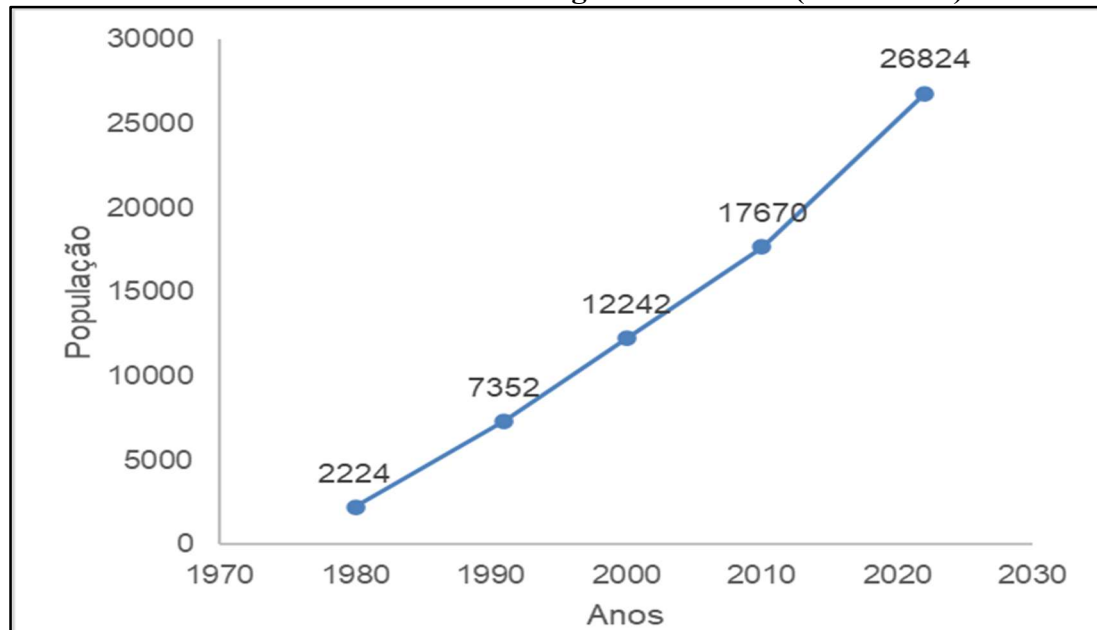
Para a emancipação de Imbé como unidade administrativa autônoma, a base para a aprovação em plebiscito público alimentou-se das mesmas fontes de outros novos municípios: a canalização da insatisfação popular com falta de infraestrutura e recursos atribuída ao descaso da gestão do município-mãe e a busca da autonomia para a aplicação de fração do Fundo Municipal por lideranças locais. A Comissão Pró-emancipatória (RS, 1988a) aferiu a viabilidade do futuro município baseando-se em 294 edificações concentradas no setor censitário; 44 e 2.224 habitantes, por ocasião do Censo de 1980; distribuídos pelo total de oito setores eleitorais, do então distrito que compunha a Zona Eleitoral n. 110 de Tramandaí. Além disso, em 1988, Imbé contabilizava 33 mil lotes urbanizados distribuídos por 11 balneários; três vilas; 11.112 economias com ligação de água pela Corsan; 1.092 crianças matriculadas em seis escolas municipais do jardim até a sétima série ginásial; e 2.305 eleitores aptos (RS, 1988a). A diferença entre os números desse Censo e de outras fontes reflete tanto a diferença de sete anos e diferentes metodologias quanto a percepção de provável migração de domicílios eleitorais.

O plebiscito foi realizado em quatro escolas do município sediadas nas vilas de João Clemente, Palmirito Saraiva e nos balneários de Harmonia e Santa Terezinha. Do total de eleitores aptos, abstiveram-se de comparecer à eleição quase a metade dos eleitores: 1.151 (49,9%) dos 2.305 aptos; e outros 1.158 (50,1%) eleitores compareceram ao pleito. Dos votantes, por sua vez, 1.068 (92, 2%) optaram pelo “Sim”; 86 (7,4%) votaram pelo “Não”; e houve quatro (0,4%) votos brancos e nulos. A despeito da aprovação por maioria simples, é preciso anotar que o número de eleitores que sequer se mobilizaram a comparecer, votaram contra a emancipação, em branco ou anularam seus votos, juntos, somaram 1.241 eleitores, 32,8% do total de eleitores aptos (RS, 1988a). Se o “Sim” foi a maioria dos votos, o “Não” somado às abstenções mostraria também o desinteresse de boa parte dos eleitores aptos.

Imbé comemora seu aniversário em 9 de maio, data da Lei Estadual n. 8.600 (RS, 1988b), que criou o município e definiu seu território. Contudo, sua autonomia

iniciou com a posse, em 1º de janeiro de 1989, dos primeiros representantes da municipalidade eleitos (RS, 1988b). Após se tornar um município autônomo, a instalação de máquina institucional pública incentivou investimentos locais e melhorias em serviços, atraindo novos moradores. A população cresceu em ritmo acelerado nos primeiros dez anos (Gráfico 1), assumindo característica essencialmente urbana, e continuou crescendo desde então, com menor aceleração, tornando-se doze vezes maior no Censo de 2022 do que o total estimado no processo emancipatório (RS, 1988a; IBGE, 2023).

Gráfico 1 – Crescimento demográfico de Imbé (1980⁴-2022)



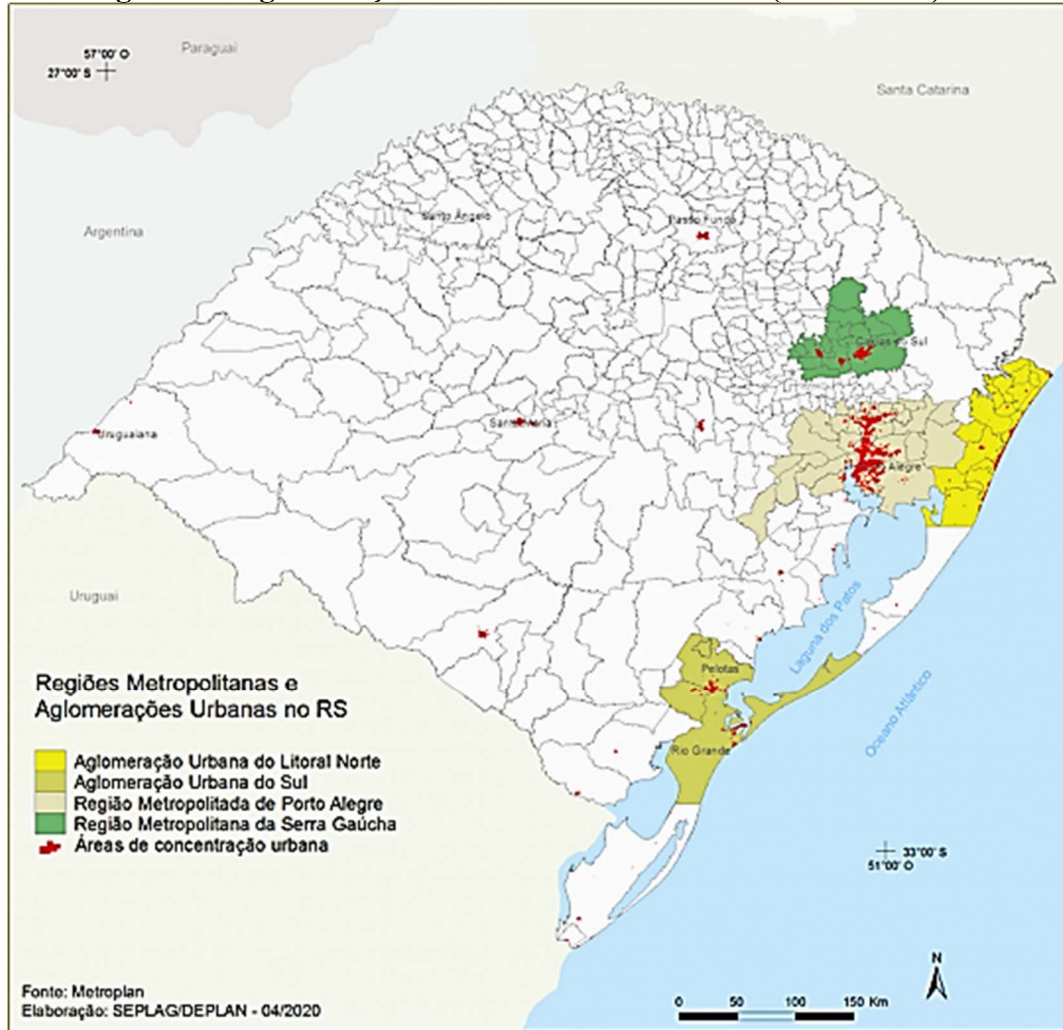
Fonte: IBGE (2023).

Desde que foi elevado à condição de município, Imbé participa de vários grupos de articulação regional, cada qual com a sua extensão territorial, seus critérios de classificação, suas instituições controladoras e o encaminhamento/articulação de diversas demandas. As funções semelhantes desses recortes se sobrepõem, em redundância, o que interfere na atribuição de responsabilidades concretas e se somam como óbices às mudanças frequentes de elementos de equipes, à carência de técnicos especializados e experientes, às interrupções de projetos em curso ao longo das mudanças de governos e partidos e a toda sorte de entraves burocráticos (Santos; Lima; Bresciani, 2017).

A Aglomeração Urbana do Litoral Norte (AULINOR), criada por lei estadual em 2004, é a instância de escolha desta pesquisa (Figura 3) por três motivos: a) sua correspondência nos Censos Demográficos e outras pesquisas demográficas e estatísticas oficiais do IBGE dos últimos vinte anos; b) por ser a instância responsável pela gestão do turismo e ordenamento territorial; e c) por refletir o critério de conurbação do tecido urbano e adensamento populacional que fazem parte dos argumentos deste estudo.

⁴ Valor correspondente a quando Imbé ainda era distrito e não um município independente.

Figura 3 – Aglomeração Urbana do Litoral Norte (AULINOR)/RS



Legenda: AULINOR em amarelo.
Fonte: RS (2022).

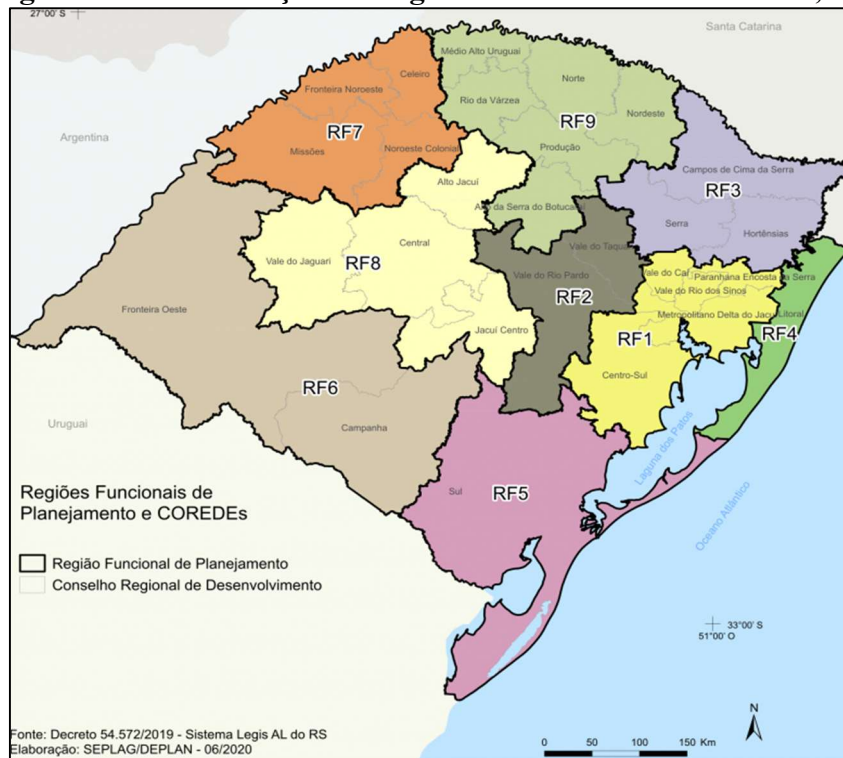
Desse recorte regional (Figura 3), a que se refere às menções ao Litoral Norte (LN), caso não seja feita nenhuma afirmação em contrário, participam, junto a Imbé, mais 19 municípios, a saber: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Osório, Palmares do Sul, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá (RS, 2004; 2020). O RS tem mais uma Aglomeração Urbana, a do Sul, e duas Regiões Metropolitanas, a de Porto Alegre e a da Serra Gaúcha, e com essas instâncias trabalha a Diretoria de Gestão Territorial (DIRGT), uma divisão do órgão responsável pela elaboração e coordenação de planos, programas e projetos do desenvolvimento regional e urbano do estado, a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN). Por sua vez, a DIRGT se dedica à compreensão e à gestão do processo de ocupação do território no RS.

Do ponto de vista ambiental, Imbé é um município da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, e vale destacar que o município é 100% banhado por ela e que esse recorte é utilizado na gestão da qualidade das águas para abastecimento humano e cultivo. Atendendo a critérios geográficos relacionados ao caminho das águas, o

conjunto de municípios dessa instância regional é bem diverso da AULINOR e das demais articulações municipais, uma vez que exclui os municípios de Caraá, Capivari do Sul, Mampituba e Morrinhos do Sul, enquanto inclui Mostardas e uma parte do município de São Francisco de Paula.

O COREDE Litoral (Figura 4) em conjunto com os demais 27 Conselhos de Desenvolvimento Regionais (COREDEs) do RS foram criados como *fóruns* de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. Embora o COREDE Litoral exista desde 1994, como o número e as composições dos conselhos vêm sendo modificados ao longo do tempo, a sua atual distribuição foi formalizada em lei estadual apenas em 2010. A composição de municípios do COREDE Litoral com 21 municípios é semelhante à da AULINORTE, somando como município de Mostardas, no extremo meridional dessa região, e, a despeito de não incluir o termo “Norte”, descarta os outros municípios do litoral médio e sul do RS. Trata-se de um recorte utilizado como base espacial do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), que foi desenvolvido pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), instituição estadual extinta, em 2017, e que passou a ser calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), instituição de direito privado paulista contratada pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE) do RS, junto às estatísticas estaduais do Produto Interno Bruto (PIB), dos índices de variação de salários e de ofertas de emprego (RS, 2018c). Já a Região Funcional (RF) 4, criada em 2006, é composta pelo mesmo grupo de municípios do COREDE Litoral e é a instância administrativa e logística estadual. Somam-se outras nove Regiões Funcionais que agregam outros COREDEs (Figura 4) no RS e são utilizadas em instrumentos de planejamento de alocação de recursos e metas, como o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual (RS, 2022).

Figura 41 – Distribuição de Regiões Funcionais e COREDEs, RS



Legenda: COREDE Litoral e RF 4 em verde escuro. Fonte: RS (2022).

A Região de Saúde (RSau) 5, “Bons Ventos”, é outra instância regional em atividade e congrega os municípios de Imbé, Balneário Pinhal, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Tavares e Tramandaí. Chama a atenção que Santo Antônio da Patrulha – integrante da Região Metropolitana de Porto Alegre e do COREDE Delta do Jacuí – e Tavares – que integra o Litoral Sul e o COREDE Sul – não façam parte da AULINOR e do COREDE Litoral. As regiões de saúde são instâncias intermediárias de planejamento da Secretaria Estadual de Saúde (SES), que articulam entre si as ações do Sistema Único de Saúde (SUS) e trabalham em paralelo com o Conselho Municipal de Secretarias de Saúde (COSEMS). Ao lado da RSau 4, “Boas Praias”, que congrega os onze demais municípios, formam a 18ª e última Coordenadoria de Saúde daquelas distribuídas pelo RS.

A alcinha Litoral Norte foi o primeiro recorte regional que incluiu Imbé, formalizado em 1988, e que antecedeu à criação do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, em 1999, e, portanto, era então a única instância ambiental correlacionada à atuação da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM), no Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO), do Ministério do Meio Ambiente. Para esse efeito, os 622 km da região costeira oceânica gaúcha foram divididos entre o Litoral Norte e outros quatro setores: Litoral Médio, a Leste e Oeste da Laguna dos Patos, e Litoral Sul, de Rio Grande ao Chuí. A setorização, que tem por interesse a visão da orla marítima, não se limitou aos 16 municípios defrontantes do mar, e sim a um total de 39 municípios do território do RS. De acordo com revisão recente dessa antiga regionalização (FEPAM, 2021), para efeito do gerenciamento costeiro, o Litoral Norte passou a ser composto por 18 municípios, incluindo Santo Antônio da Patrulha, Imbé e outros dezesseis municípios da AULINORTE, e exclui os municípios de Caraá (que não foi incluído em nenhum recorte do GERCO), de Capivari do Sul, Mostardas, Palmares do Sul e Tavares (incluídos no Litoral Médio Leste), ou seja, esse recorte não pode ser tomado como sinônimo da AULINOR e do Conselho de Desenvolvimento Regional (COREDE) Litoral. Por sua vez, a Associação dos Municípios do Litoral Norte (AMLINORTE), criada em 1998, foi uma das 28 associações de municípios reconhecidas pela Assembleia Legislativa do RS e que tinha como interesse fortalecer o municipalismo. A AMLINORTE impulsionou por algum período o consórcio de assistência à saúde intermunicipal até ter suas funções de coordenação assumidas pelas RSAU, assim como teve influência na discussão de destinos de rejeitos e construção de rodovias.

4 IMBÉ EM NÚMEROS CONTEMPORÂNEOS

Segundo o Censo de 2022 do IBGE (2024), Imbé conta com uma população residente de 26.824 pessoas, distribuída em área de 39,766 km², com densidade demográfica calculada em 674,55 hab./km². O crescimento populacional, quando comparado à população que habitava o seu território em 1980, antes da emancipação, e a de 2022, perfaz a taxa de crescimento geométrico anual de 6,11% (Tabela 1).

Tabela 1 – Variação do número de habitantes, Imbé/RS, 1980 a 2022

ANOS	HABITANTES	TAXA DE CRESCIMENTO* (%)
1980 [#]	2.224	-
1991	7.352	11,48
2000	12.242	5,83
2010	17.670	3,74
2022	26.824	3,54
1980-2022	24.600	6,11

Observação: [#]Setor censitário 44 de Tramandaí; *Geométrica média anual. Fonte: IBGE (2023).

A taxa de crescimento populacional ao longo das décadas pode ser comparada à variação do número de eleitores domiciliados em Imbé (Tabela 2). Para isso, é preciso considerar que, na Lei eleitoral brasileira, o voto é obrigatório dos 18 aos 74 anos e que é apenas facultado para eleitores entre as idades de 16 e 18 anos e acima de 74 anos em regularidade eleitoral. A taxa de crescimento geométrica anual de eleitores aptos em Imbé na última década, de 2,95%, é correlata ao crescimento da população total, com maiores aumentos nos períodos das últimas eleições municipais, de 2016 e 2020.

Tabela 2 – Variação do número de eleitores aptos, Imbé/RS, 2012 a 2022

ANOS	ELEITORES APTOS	TAXA DE CRESCIMENTO* (%)
1988 [#]	2.305	-
2012	15.560	-
2014	16.289	2,23
2016	17.594	3,93
2018	18.214	1,75
2020	19.653	3,88
2022	20.805	2,89
2012-2022	5.245	2,95

Observação: [#]Setores eleitorais do Distrito de Imbé; * Geométrica média anual. Fonte: TSE, [202-].

A variação absoluta de residentes em relação ao Censo de 2010 foi de mais 9.152 pessoas, com taxa de crescimento geométrica média anual calculada em 3,54%. Embora maior do que a taxa de crescimento da população do RS, que foi de 0,15% nesse mesmo período, e do que o mesmo índice do Brasil, com taxa de crescimento de 0,52%, essa é a menor taxa de crescimento média intercensitária municipal desde 1980, levando em consideração a população do setor censitário correspondente ao distrito de Imbé na época (Tabela 2). Entre os Censos de 1980 a 1991, o crescimento geométrico médio da população de Imbé foi de 11,48%, entre os Censos de 1991 e 2000 foi de 5,83%, entre os Censos de 2000 e 2010 foi de 3,74% (IBGE, 2023).

A razão por sexo de Imbé no Censo de 2022 (IBGE, 2024) é de 92,3 mulheres para cada 100 homens, num total de 12.875 homens e 13.949 mulheres, em idade mediana de 40 anos e apresentando um índice de envelhecimento correspondente a 135,13 pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, para cada 100 crianças com até 14 anos de idade. Comparativamente, Imbé apresenta proporção menor de mulheres, maiores índices de envelhecimento e idade média que o estado e o país, pois, na mesma pesquisa, o RS apresenta a razão de sexo de 93,4, idade mediana de 38 anos e índice de envelhecimento de 115,05, enquanto o Brasil como todo apresentou a razão de sexo de 94,2, idade mediana de 35 anos e índice de envelhecimento de 80,03 (IBGE, 2024).

Quanto ao número de domicílios recenseados, o Censo de 2022 do IBGE recenseou 32.449 domicílios em Imbé, com variação absoluta de mais 6.874 domicílios em relação ao Censo 2010 e percentual de 26,88%. Desses, 113 eram domicílios coletivos e 32.336 domicílios particulares. Dos domicílios particulares, 10.456 (32,22%) são particulares permanentes, 20.364 (62,76%) são de uso ocasional e 1.513 (4,66%) estão vagos. A média de moradores por domicílio particular foi calculada em 2,56, com base em 26.765 moradores recenseados em domicílios considerados particulares permanentes (IBGE, 2024).

Segundo o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)⁵, calculado e divulgado pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE) da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) no RS, o município de Imbé (Quadro 3), que ocupava a 322^a posição do *ranking* de IDESE geral do RS, em 2013, decaiu para a 463^a posição, em 2020 (IDESEVIS, 2020).

Quadro 1 – Cinco primeiros municípios litorâneos, *Ranking* do IDESE geral, Litoral Norte do RS, 2013 e 2020

Posições ocupadas IDESE geral - RS	Anos		Nº de posições perdidas (2020-2013)
	2013	2020	
Torres	232	356	124
Capão da Canoa	269	397	128
IMBÉ	322	463	141
Cidreira	442	492	50
Tramandaí	460	482	22

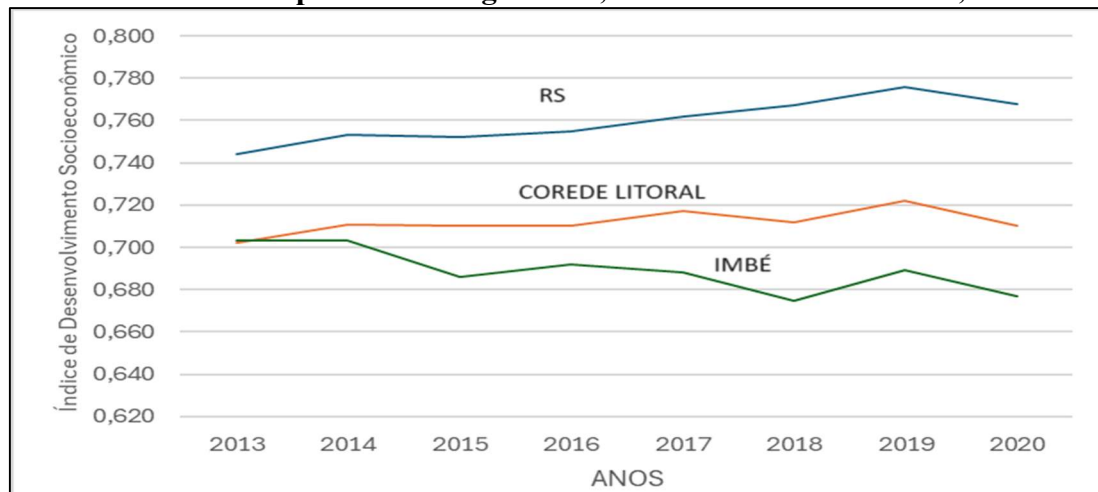
Fonte: Dados extraídos de IDESEVIS (2020).

Imbé manteve, entretanto, a posição relativa intermediária em relação aos maiores municípios litorâneos do COREDE Litoral (Quadro 3), superior às pontuações dos municípios de Cidreira e Tramandaí (que ocupavam, respectivamente, 442^a e 460^a posições, em 2013, e caíram para 492^a e 482^a posições, em 2020), e inferior às pontuações de Torres e Capão da Canoa (que ocupavam, respectivamente, a 232^a e 269^a posições, em 2013, e caíram para a 356^a e 397^a posições, em 2020). Portanto, embora esses municípios do COREDE Litoral tenham todos regredido em relação à posição estabelecida no *ranking* sete anos antes, a dimensão de queda de Imbé – 141 posições abaixo – é superior às manifestas no mesmo período por Capão da Canoa (128 posições abaixo), Torres (124 posições abaixo), Cidreira (50 posições abaixo) e Tramandaí (22 posições abaixo).

Quando correlacionados, os IDESE gerais calculados para Imbé, o COREDE Litoral e o do RS como um todo, de 2013 a 2019, é possível perceber que o índice de Imbé tem a tendência de reduzir, enquanto o litoral norte oscila para números ligeiramente superiores e o estado mantém um aumento consistente dos valores calculados; de 2019 para 2020 a queda nos três níveis geográficos corresponde ao impacto do primeiro ano da pandemia de COVID-19 (Gráfico 2).

⁵ Os valores do IDESE dizem respeito ao índice geral, calculado a partir de três blocos: educação, renda, saúde, que por sua vez são compostos por subcategorias. São índices particulares do estado do Rio Grande do Sul que variam em uma escala de 0 a 1 e que se prestam a interpretação evolutiva e comparativa. No momento, foram divulgados os números até 2020.

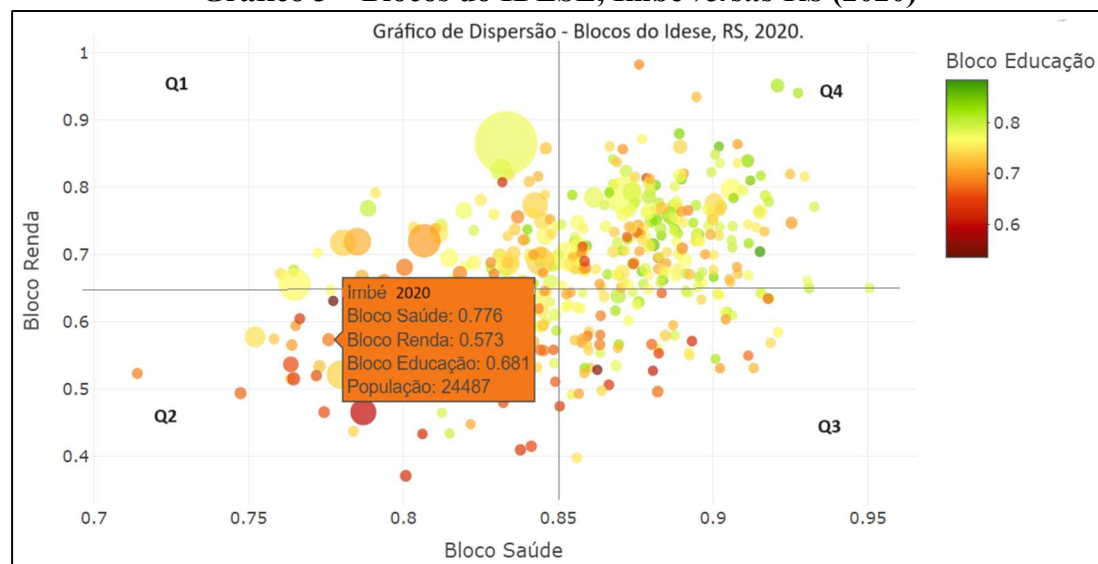
Gráfico 2 – Série temporal IDESE geral RS, COREDE Litoral e Imbé, 2013-2020



Legenda: Em azul – IDESE geral RS; em vermelho – IDESE geral, COREDE Litoral; em verde – IDESE geral Imbé/RS. Fonte: IDESEVIS (2020).

Outra forma de demonstrar a importância relativa do IDESE de cada município gaúcho é pelo peso de seus blocos, dispondo dos valores de cada um desses blocos em um gráfico de dispersão que utiliza como variáveis o valor do bloco saúde no eixo horizontal (X), o do bloco renda no eixo vertical (Y) e do bloco educação em escala de cores, em um espectro que varia de um máximo em verde a um mínimo em vermelho. Assim, é possível perceber a posição relacional de Imbé. Quanto ao IDESE de cada bloco, em relação aos dos demais 496 municípios do RS, em 2020, Imbé ocupa o quadrante Q2, com valores relativamente mais baixos tanto do IDESE saúde quanto do IDESE renda, e se apresenta na cor intermediária laranja para a categoria educação (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Blocos do IDESE, Imbé versus RS (2020)

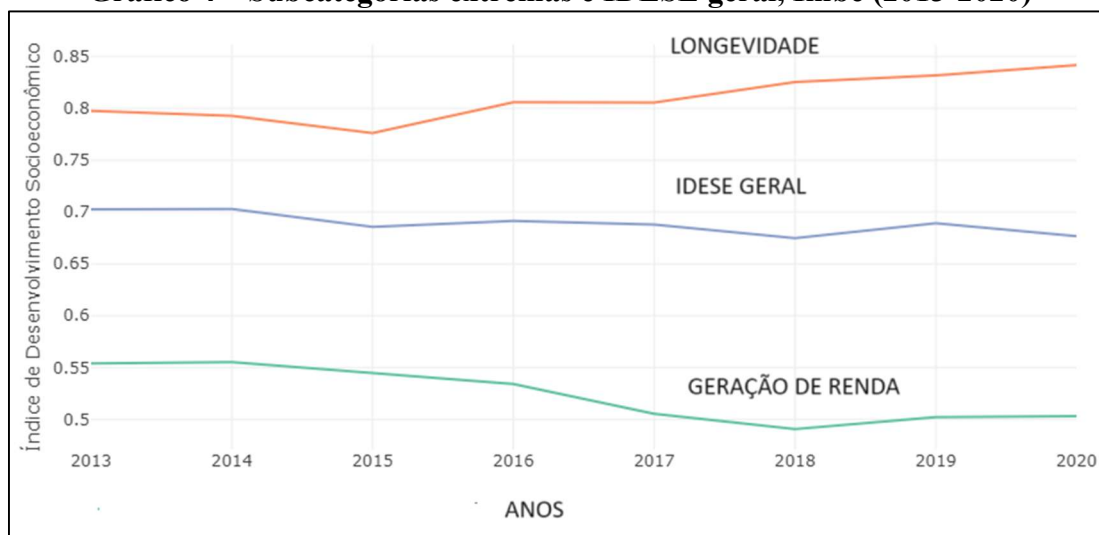


Legenda: IDESE; quadrante 1 (Q1) IDESE Saúde baixo, IDESE Renda alto; quadrante 2 (Q2) IDESE Saúde baixo, IDESE Renda baixo; quadrante 3 (Q3) IDESE Saúde alto, IDESE Renda baixo; quadrante 4 (Q4) IDESE Saúde alto, IDESE Renda alto; verde – IDESE educação alto, vermelho – IDESE Educação baixo.

Fonte: IDESEVIS (2020).

Já entre as subcategorias estabelecidas dentro dos blocos Educação, Saúde e Renda que compõem o IDESE geral, chama a atenção, na análise dos indicadores na série temporal entre 2013 e 2020 para Imbé, a de “longevidade populacional/bloco Saúde” e a de “geração de renda/bloco Renda”. Em escalas fixas de 1 a 0, calculadas a partir de variáveis distintas, a longevidade populacional em Imbé apresenta crescimento ao longo dos anos, enquanto a geração de renda permanece sempre no extremo inferior quando comparadas à série temporal do IDESE geral de Imbé (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Subcategorias extremas e IDESE geral, Imbé (2013-2020)



Legenda: Em azul – IDESE geral; em laranja – bloco Saúde/subcategoria longevidade; em verde – bloco renda/subcategoria geração de renda.

Fonte: IDESEVIS (2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Imbé, cuja formação territorial e identidade social foram moldadas por sua condição estuarina e litorânea, revela-se como um espaço onde as interações entre natureza e cultura se entrelaçam de modo complexo e dinâmico. A análise integrada dos aspectos hidrográficos, ambientais e históricos da região permitiu compreender como a ambientabilidade específica do estuário do Rio Tramandaí condicionou a ocupação humana, influenciou o uso dos recursos naturais e determinou transformações significativas no território ao longo do tempo. A fixação da barra, a evolução das formas de transporte e a urbanização crescente, especialmente a partir do século XX, são elementos centrais dessa conformação.

A trajetória de Imbé também exemplifica os desafios enfrentados por municípios costeiros na gestão de um território marcado pela vulnerabilidade ambiental, como a salinização dos solos, a erosão das margens e a fragilidade da drenagem. Ao mesmo tempo, evidencia o papel das intervenções humanas – tanto técnicas quanto políticas – na ressignificação do espaço geográfico, na consolidação de circuitos turísticos e na construção de uma identidade urbana que contrasta com a precária acessibilidade do passado. A transição de uma economia voltada à pesca e à subsistência para um polo de veraneio e, posteriormente, para um município com vida

urbana permanente, foi acompanhada por tensões e disputas sociais pelo uso do solo e pelo direito à cidade.

A conquista da autonomia político-administrativa, em 1988, embora tenha sido um marco de autogestão e desenvolvimento institucional, também impôs ao município o desafio de manter um crescimento sustentável, com equidade social e qualidade ambiental. Os indicadores demográficos e socioeconômicos recentes mostram avanços importantes, como o aumento da população residente e a estruturação de serviços urbanos, mas também revelam assimetrias, como a estagnação na geração de renda e dificuldades persistentes na oferta de saúde pública e educação. Esses dados, quando lidos em conjunto com os processos históricos e territoriais, indicam que o crescimento urbano não foi suficientemente acompanhado por mecanismos robustos de planejamento e justiça social.

Por fim, o estudo reforçou a importância da perspectiva interdisciplinar e regionalizada na análise de municípios costeiros. Ao mesmo tempo que enfrenta os efeitos das pressões antrópicas e das mudanças climáticas, Imbé precisa preservar sua memória histórica, suas singularidades ambientais e seus modos de vida tradicionais. A valorização do conhecimento local, a articulação entre os diversos recortes regionais e a gestão democrática do território são caminhos possíveis para enfrentar os desafios do presente e planejar um futuro mais resiliente e inclusivo para a cidade e sua população.

REFERÊNCIAS

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSC, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 jul. 2024.

CASTRO, D. (org.). **Ciclo das águas na bacia hidrográfica do Rio Tramandaí**. Porto Alegre: Via Sapiens, 2019. Disponível em: <https://taramandahy.org.br/livros-pload/PDF%20Compilado%20Capa+Guarda+Miolo.pdf>. Acesso em: 1 maio 2024.

CASTRO, D.; MELLO, R. S. P. (org.). **Atlas ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí**. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013. Disponível em: https://www.anama.org.br/pesquisas/Livros/Atlas_Tramandai_2013_web_2014.pdf. Acesso em: 10 maio 2024.

CLAUSSEN, M. R. S. **O processo de urbanização do município de Imbé/RS: dinâmica socioespacial e socioambiental**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/70648>. Acesso em: 23 mar. 2023.

CUNHA, L. P. **A solidão de Conceição do Arroio: isolamento, pobreza e usos do espaço norte-litorâneo gaúcho até 1939**. Porto Alegre: Evangraf, 2019.

FARION, S. R. L. **Crescimento urbano e alterações ambientais no município de Tramandaí – litoral norte do estado do Rio Grande do Sul**: análise geográfica com ênfase nas diferenciações espaciais. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11253/000603010.pdf?sequence=1>.

Acesso em: 3 maio 2024.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIZ ROESSLER (FEPAM). **Mapa das Bacias Hidrográficas do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura, 2024. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/bacias-hidrograficas>. Acesso em: 2 maio 2024.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIZ ROESSLER (FEPAM). **Gerco (Gerenciamento Costeiro) RS**. Porto Alegre: FEPAM, 2021. Disponível em: <https://fepam.rs.gov.br/gerco>. Acesso em: 1 maio 2024.

GOSLIN, J.; CLEMMENSEN, L. B. Proxy records of Holocene storm events in coastal barrier systems: Storm-wave induced markers. **Quaternary Science Reviews**, [s.l.], v. 74, p. 80-119, out. 2017. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0277379117305516?via%3Dihub>. Acesso em: 12 maio 2024.

GUASSELLI, L. A. (org.). **Áreas úmidas: questões ambientais**. Porto Alegre: CAPES *et al.*, 2018. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174963/001064792.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 abr. 2024.

IDESEVIS. Porto Alegre: DEE, 2020. Disponível em:

<https://IDESEVIS.dee.rs.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

Divulgação dos resultados: Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:

<https://censo2022.ibge.gov.br/etapas/divulgacao-dos-resultados.html>. Acesso em: 3 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo**

2022. Panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em:

<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

KUNST, A. V. **Impactos ambientais urbanos nos municípios do setor norte do litoral gaúcho**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014. Disponível em:

<https://hdl.handle.net/10183/112210>. Acesso em: 3 maio 2024.

RIBEIRO, J. P. **Vade-mecum dos Conceitos do Encontro Nacional de Gestalt-Terapia**. Brasília, DF: Instituto de Gestalt Terapia de Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.igtb.com.br/post/vade-mecum-dos-conceitos-do-encontro-nacional-de-gestalt-terapia>. Acesso em: 5 maio 2024.

RIO GRANDE DO SUL (RS). Assembleia Legislativa do Estado. Comissão de Constituição e Justiça. **Processo 2365/88-0, de 26 abril de 1988**. Proposta de plebiscito e Projeto de Lei 114/88 que cria o município de Imbé. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado, 1988a.

RIO GRANDE DO SUL (RS). **Lei Estadual n. 8.600, de 9 de maio de 1988**. Cria o município de Imbé. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1988b. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-8600-1988-rio-grande-do-sul-cria-o-municipio-de-imbe>. Acesso em: 1 maio 2024.

RIO GRANDE DO SUL (RS). Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA/RS). **Tramandaí**. Porto Alegre: SEMA/RS, 2018a. Disponível em: <https://sema.rs.gov.br/1010-bh-tramandai>. Acesso em: 20 abr. 2024.

RIO GRANDE DO SUL (RS). Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). **Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul: 1809-2018**. Porto Alegre: SPGG, 2018b. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/livro-genealogia-dos-municipios-do-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 26 abr. 2022.

RIO GRANDE DO SUL (RS). Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). **Posicionamento sobre extinção da FEE e contratação da Fipe pelo governo do Estado**. Porto Alegre: SPGG, 2018c. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/posicionamento-sobre-extincao-da-fee-e-contratacao-da-fipe-pelo-governo-do-estado>. Acesso em: 1 maio 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). Departamento de Planejamento Governamental. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. 7. ed. Porto Alegre: SPGG, 2022. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 2 abr. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Complementar n. 12.100, de 27 de maio de 2004**. Institui a Aglomeração Urbana do Litoral Norte, dispõe sobre a gestão regional e dá outras providências. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2004. Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/12.100.pdf>. Acesso em: 1 maio 2024.

SANTOS, T. S.; LIMA, R. M.; BRESCIANI, L. P. Políticas Públicas de Turismo para o desenvolvimento Regional no Brasil. **TURyDES: Revista Turismo y Desarrollo Local**, [s.l.], v. 10, n. 22, p. 2-19, 2017. Disponível em: https://www.eumed.net/rev/turydes/22/index.html#google_vignette. Acesso em: 12 nov. 2023.

SOARES, L. S. **Imbé: histórico, turístico**. 2. ed. Tramandaí: Evangraf, 2002.

SOARES, L. S. **Tramandaí-Imbé 100 anos de história: religiosidade, cultura, folclore**. Porto Alegre: EST Editorações, 2008.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Eleições anteriores**. [Brasília: TSE, 202–]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>. Acesso em: 5 mar. 2024.

ZAPPES, C. A. *et al.* O conhecimento tradicional identifica as causas da captura acidental de golfinhos-nariz-de-garrafa (*Tursiops truncatus* Montagu 1821): Uma abordagem etnobiológica. **Gestão Oceânica e Costeira**, [s.l.], v. 120, p. 160-169, fev. 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0964569115300788>. Acesso em: 11 jan. 2025.